

Aumento do funcionalismo preocupa mas não assusta

Em três Estados, um aumento de despesas com funcionalismo sem correspondente previsão da arrecadação preocupa os Secretários da Fazenda, embora não os assuste.

No Piauí, que tem uma dívida externa de US\$ 100 milhões e uma dívida interna de Cr\$ 524 milhões, a folha de pagamento do funcionalismo subiu de Cr\$ 77 bilhões para Cr\$ 100 milhões em fevereiro, mas o Secretário Haroldo Matos não vê necessidade de qualquer medida complementar porque espera um aumento na arrecadação, nos próximos meses.

Em Minas Gerais, onde as primeiras avaliações apontam um aumento de Cr\$ 2,8 bilhões nas despesas de pessoal, com uma economia de Cr\$ 800 milhões no serviço da dívida, de US\$ 1,5 bilhão (interna e externa), o Secretário Evandro Abreu também conta com o aumento da arrecadação do ICM.

E na Paraíba, o aumento da folha será de Cr\$ 12 milhões, principalmente devendo ao reajuste de 18 mil funcionários que ganham salário-mínimo, a ser coberto com um "aperto de cinto", segundo o Secretário Marcelo Lopes:

— Vamos cortar os investimentos feitos com recursos próprios, mas isso não afetará os investimentos e sim as despesas de custeio.

Calculada com uma estimativa de inflação de 200 por cento para 1986, a receita do Estado da Bahia foi deflacionada de Cr\$ 12 trilhões para Cr\$ 7,5 bilhões, mas o Secretário Luiz Alberto Brasil não crê em qualquer prejuízo porque esses custos permanecerão estáveis.

— O crescimento desordenado da receita era, em análise mais profunda, inferior aos custos do Estado. Hoje, já podemos trabalhar em bases reais e seguras, com a certeza de que os custos não sofrerão aumentos periódicos, como antes.

Em Sergipe, o Secretário Hildegard Santos descartou inclusive a possibilidade de paralisação de qualquer obra, embora admitisse que o Governo po-

derá dilatar os prazos de conclusão, mas sem prejuízos para as empresas contratadas ou para as próprias obras em andamento. Ele acha que não haverá necessidade de qualquer alteração no orçamento porque os números não mudarão com a reprogramação da receita e despesa, que tinham embutidas uma previsão de 230 por cento de inflação.

Do mesmo modo pensam os Secretários da Fazenda do Pará, Roberto Ferreira, e do Rio Grande do Norte, Manoel Pereira dos Santos. Segundo o primeiro, com a "retirada da parcelade inflação embutida no orçamento, toda a programação prevista será executada a reços reais". Para o segundo, a transformação do consumidor fiscal vai até beneficiar "indiretamente as finanças do Estado porque a arrecadação do ICM vai aumentar".

Em Pernambuco e no Ceará, os Secretários de Fazenda ainda vão refazer todos os orçamentos, inclusive os das empresas estatais, para deflacioná-los da inflação projetada que traziam embutida, mas não acreditam ser importante, no momento, saber se seus Estados ganham ou perdem com a medida.

O Secretário Vladimir Spinelli, do Ceará, vai mais longe, e afirma que "quem fizer alguma previsão está chutando", e acha difícil até prever em que taxa percentual os investimentos do Governo possam cair nos próximos meses.

Tanto ele quanto o Secretário Luiz de Sá Monteiro, de Pernambuco, contam também com o combate à sonegação, realizado pelo próprio consumidor:

— Isto justifica, por exemplo, que as Secretarias de Fazenda dos Estados tenham o maior interesse em estimular campanhas para o consumidor exigir a nota fiscal, principalmente os Estados com déficit previsto no orçamento — disse Sá Monteiro, embora esclarecendo não ser este o caso de Pernambuco, que tem um programa de investimentos com recursos próprios e só compromete com pessoal 70 por cento do que arrecada com ICM.